

A ESCALADA DE ERDOĞAN AO PODER ABSOLUTO NA TURQUIA

Diogo Moreira¹

Membro Associado do Observatório Político

Resumo

Durante o último século, a criação e transformação do regime turco tem sofrido diferentes desenvolvimentos e tomado diferentes direções de linhas de ação, tanto em termos políticos como religiosos ou sociais. Desde logo, a era de Atatürk marcada pelas suas reformas e a sua ideologia, o Kemalismo, marcaram os primórdios da história da Turquia como Estado soberano. Mais recentemente, a criação do AKP em 2001 e a ascensão ao poder do atual presidente e anterior primeiro-ministro da Turquia, Recep Tayyip Erdoğan, tem vindo a reestruturar a política interna turca através de um caminho nacionalista e populista, em que a aplicação da sua visão pessoal no próprio regime tem corroído a democracia através de uma sangria de instrumentos e medidas impostas por Erdoğan. Neste *working paper* será exposto de que maneiras essas mesmas medidas têm delineado o trajeto de Erdoğan até ao poder absoluto na Turquia, incidindo nos principais instrumentos e principais acontecimentos que legitimaram o poder do presidente da Turquia, rompendo com o regime Kemalista sob o qual a Turquia se tem, historicamente, regido.

Palavras-chave

Turquia; Erdoğan; AKP; poder; Kemalismo; Atatürk; autoritarismo; Islão; secularismo; Gezi; populismo; nacionalismo

Introdução

A história da Turquia como Estado unitário e soberano constrói-se a partir de 1923 quando a república é instaurada e dá-se por terminado o sultanato que regia o Império Otomano. A fundação da República da Turquia viria a instituir a secularização do Estado, ou seja, a instauração de um Estado laico. A ideia de fundar um Estado laico tinha também como objetivo permitir uma transformação social no que diz respeito ao direito religioso e à dimensão da religião no plano político, rompendo com um conjunto de regras políticas a que os cidadãos se

¹ Estudante de Licenciatura em Relações Internacionais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa).

tenham de sujeitar, a religião, dando espaço à criação de um sistema aberto de fé e crenças.

Ao longo deste *working paper* será, numa primeira análise, exposta a ideologia hegemónica que se ergueu com a implantação da República da Turquia, fundada por Atatürk, o Kemalismo, e quais os princípios base dessa mesma ideologia para as reformas instituídas por Atatürk na sociedade e vida política turca.

De seguida, traçar-se-á um perfil do Presidente Erdoğan, no sentido de compreender de que maneira um homem nascido num bairro pobre de Istambul alcançou o expoente máximo do poder na Turquia. Sendo, posteriormente, analisada a criação do AKP que se projetou na Turquia desde o início do século como uma força contra-hegemónica ao *status quo* existente desde o regime de Atatürk.

O regime do AKP que se manteve estável durante uma década começou a mostrar sinais de instabilidade a partir de 2013, com os protestos no Parque Gezi e investigações de corrupção relativas à elite política, vindo o AKP a perder a maioria parlamentar em 2015. Serão explorados os instrumentos que Erdoğan e o governo do AKP utilizou para reconquistar o seu poder na Turquia, evidenciando a quebra da democracia em diversos setores, numa corrida ao absolutismo por Erdoğan após o referendo constitucional de 2017, no contexto de Estado de Emergência imposto após a tentativa de golpe de Estado de 2016.

As abordagens feitas ao longo deste *working paper* terão como objetivo colocar em evidência de que maneira o Presidente Erdoğan tem vindo a conquistar e acumular poder na Turquia e quais as vias tanto formais como informais para conseguir atingir a consolidação desse mesmo poder, perto de absoluto.

1. Atatürk e o Kemalismo

Mustafa Kemal Atatürk surge como fundador e como primeira figura de autoridade da República da Turquia, sendo o seu período no poder marcado por várias reformas baseadas na sua ideologia, o Kemalismo. Atatürk fundou o Partido Republicano do Povo (CHP), cujo logótipo do partido se constitui por seis setas que representam os seis princípios básicos da ideologia kemalista: republicanismo, secularismo, nacionalismo, populismo, revolucionismo e estatismo.

O republicanismo enquadra-se num contexto antimonárquico, que rompe com o regime Otomano, baseado na doutrina política islâmica, em que o sultão, para além de figura de autoridade do Estado era também a figura de autoridade

religiosa, o Califa. O republicanismo pretendia, portanto, conferir a faculdade democrática no regime.

O secularismo pretendia fundar um Estado laico, em que a religião e a política não se associassem num mesmo espectro, dando lugar também secularização da educação e da lei. Atatürk defendia, numa visão secular, uma indumentária Ocidental e a emancipação da mulher, assegurando o direito à educação como direito também fundamental para as mesmas.

O nacionalismo defendido seguia uma linha importante na criação da identidade nacional do cidadão turco, descontinuando uma imagem global islâmica e substituindo-a por uma identidade nacional moderna, uma sociedade unida pelo seu idioma, sendo o cidadão turco qualquer habitante do território da Turquia, independentemente da raça, etnia ou religião.

O princípio do populismo sustentava-se numa ideia de responsabilidade mútua entre o cidadão e o Estado, concentrando o poder nos cidadãos e na escolha dos líderes a partir do sufrágio. A quarta seta do Kemalismo pretendia desconstruir as classes sociais, contrastando com o elitismo existente na era Otomana.

O revolucionismo de Atatürk surgia ancorado pelo Ocidente, numa tentativa de modernizar a Turquia a partir da transformação da sociedade em termos culturais, penais, tecnológicos ou indumentários.

Finalmente, o estatismo, a última seta do Kemalismo, remetia para a intervenção estatal na economia a vários níveis da sociedade, opondo-se à ótica da economia de mercado.

Estas eram as bases defendidas pelo regime de Atatürk, uma ideologia que tem vindo a prosperar até ao século XXI com certas adaptações e transformações consoante a evolução social global e as próprias transformações internas da sociedade turca. O Kemalismo foi criado e aceite pelo então partido único no poder, que viria a governar até 1950, tendo sido incluído na constituição da Turquia.

É de reparar que a própria faculdade democrática pela qual o Kemalismo se demarcava era dúbia, no sentido em que a própria desconstrução de classes sociais e transferência de poder aos cidadãos através do voto se ergueu num regime unipartidário, justificado por Atatürk, pela falta de instrução necessária dos cidadãos a tomar as decisões eleitorais certas para o crescimento e evolução da Turquia.

A secularização durante a Primeira República era encarada como uma necessidade para a evolução da sociedade turca, uma evolução em direção ao Ocidente, que era visto como a civilização moderna em oposição à islâmica. Até ao fim do regime unipartidário a liberdade religiosa era tratada de maneira sensível, sendo que até então a influência ideológica na Turquia ditava o abandono da religião, de maneira a progredir a níveis sociais, regendo-se pela veia racional, isto é, “a influência ideológica das ideias evolucionárias de August Comte que acreditava que a religião está destinada a desaparecer à medida que a sociedade progride na ciência²”. (Şentürk, 2010)

2. Contexto político-partidário com o fim do regime unipartidário

A partir de 1969, após o fim do regime unipartidário, diversos partidos religiosos começaram a manifestar-se na Turquia, sendo que o primeiro a ganhar destaque tratava-se do MNP, Partido da Ordem Nacional. Este foi criado segundo o princípio de que a internalização dos fundamentos islâmicos seria necessária para a estabilidade política. (Heper & Toktaş, 2003)

A necessidade da representação partidária islâmica resultava não só do facto de que a grande maioria da população turca era, e continua a ser, muçulmana, mas também da necessidade política de responder às exigências da população no contexto da liberdade religiosa.

O islamismo partidário surgiu na Turquia a partir dos anos 70, no intuito de romper a ideologia kemalista hegemónica que se havia erguido desde a fundação da República. As iniciativas partidárias pretendiam fazer jus à falta de liberdade das práticas religiosas.

Os partidos islâmicos começaram a ser criados a partir de um movimento político-religioso, o *Milli Görüş Hareketi* – MGH -, e ofereciam uma alternativa à secularização defendida pelo Kemalismo, afirmando-se também contra a assimilação ao Ocidente e a conseqüente modernização que Atatürk defendia. Começando no MNP, seguindo-se o MSP³, o RP⁴ e culminando no FP⁵, todos estes partidos foram criados por anteriores membros do partido precedente, e todos foram banidos da vida política da Turquia pelo Tribunal Constitucional, sendo alegada a violação do secularismo constitucional.

² “During this period, Turkey was under the ideological influence of August Comte’s evolutionary ideas which believed that religion is bound to disappear as the society makes progress in science.” (Şentürk, 2010)

³ Partido da Salvação Nacional

⁴ Partido do Bem Estar

⁵ Partido da Virtude

A criação e extinção do MNP e dos partidos sucessores acabaria por ser uma plataforma para o início da vida política de Erdoğan, e mais tarde, para a criação do AKP e a sua ascensão ao poder.

3. Erdoğan

Recep Tayyip Erdoğan nasceu em 1954 em Kasimpaşa, um bairro pobre no distrito de Istambul. O seu pai trabalhava como capitão da Guarda Costeira da Turquia enquanto que a sua mãe trabalhava como dona de casa. Erdoğan vendia água potável, e diferentes tipos de alimentos nas ruas, de maneira a contribuir como pudesse para os rendimentos da família. Como resultado, Erdoğan cresceu no seio de uma família pouco abastada, com a consciência daquilo que é viver despojado dos luxos das elites, desenvolvendo uma empatia própria pelo estilo de vida do cidadão comum.

Em termos de habilitações, Erdoğan possui uma licenciatura em Economia e Comércio pela Universidade de Mármara em Istambul desde 1980. Posteriormente, trabalhou em diferentes empresas relacionadas com o setor alimentar.

O seu trajeto político começou no ano de 1969, tornando-se parte de uma associação com membros de dois partidos de convicções islâmicas supramencionados, o Partido da Ordem Nacional (MNP) e o Partido da Salvação Nacional (MSP), chegando a liderar a Juventude do MSP no distrito de Beyoğlu em Istambul. Ambos os partidos foram abolidos, dando lugar ao Partido do Bem Estar Social (RP), também um partido de convicções islâmicas.

A partir de 1984, Erdoğan tornou-se parte do Comité Executivo do partido, tornando-se Presidente da Câmara de Istambul em 1994. Nestas mesmas eleições, o RP, partido do qual Erdoğan era candidato, mostrou a uma taxa de votos mais elevada em Istambul do que no resto do país:

“enquanto que a nível nacional a percentagem de voto no RP foi de 19%, o RP recebeu 25% dos seus votos em Istambul”⁶

Assim, a partir da eleição de 1994 a popularidade de Erdoğan cresceu substancialmente, mostrando que o apoio não se especificava no partido em si, mas sim em Erdoğan.

⁶ “while the nationwide RP vote was 19 percent, the RP received 25 percent of the vote in Istanbul” (Heper & Toktaş, 2003)

Erdoğan serviu a Câmara Municipal de Istambul até 1998, quando recebeu uma sentença de quatro meses e meio de prisão como pena após ter incitado o ódio religioso através da leitura de um poema. Apesar do desfecho do seu mandato, o seu cargo de Presidente da Câmara de Istambul marca o alicerce sólido do seu trajeto em direção à conquista do poder na Turquia.

Afirma-se, pela primeira vez, como figura de autoridade da Turquia, quando se torna primeiro-ministro em 2003, tendo vindo a conservar ininterruptamente uma posição de poder até aos dias de hoje, sendo desde 2014 o Presidente da República da Turquia. Nos próximos pontos abordaremos essa mesma ascensão a figura de autoridade por Erdoğan.

4. AKP e a ascensão de Erdoğan ao poder

Como foi mencionado no ponto 2, a partir da segunda metade do século XX na Turquia, diversos partidos políticos com orientações religiosas, nomeadamente islâmicas, foram banidos da vida política por violarem o secularismo inscrito na Constituição.

O FP, Partido da Virtude, foi vítima de conflitos internos no que diz respeito à relação dos domínios do Estado e da própria religião. Assim, instaurou-se uma divisão no partido, antes mesmo da sua extinção: os Conservadores e os Inovadores. Com a abolição do partido e a retirada da vida política de Erbakan, o líder do FP, cada facção criou o seu próprio partido: os conservadores ressurgiram no Partido da Felicidade; os inovadores fundaram o AKP, Partido da Justiça e Desenvolvimento.

Erdoğan tornou-se o líder do AKP, glorificado então pelos seus companheiros políticos após ter concluído a pena que lhe tinha sido atribuída.

O AKP culmina como partido sobrevivente do MGH, o movimento islâmico que ganhou vida a partir dos anos 70. Tal como foi supramencionado, os partidos decorrentes deste movimento rejeitavam a ideologia kemalista e ofereciam uma alternativa à ocidentalização, à modernização e à secularização pela via do islamismo. Ainda assim, durante os primeiros anos de existência o AKP tentou distanciar-se do MGH e adotar uma postura pró-UE, sendo que nos primeiros anos de governo a narrativa antiocidental não foi a pregada pelo AKP, porém, estes valores não tardariam a revelar-se e a confirmar a verdadeira essência do Partido da Justiça e Desenvolvimento.

Ergue-se então em 2001 o partido de Erdoğan, um partido de aspirações neoliberais constituído por conservadores islâmicos que chega ao poder logo em 2002, tendo vindo a reunir a maioria de lugares no Parlamento até 2015,

apresentando uma narrativa diferente da contemporânea, uma narrativa cúmplice do Ocidente. Na altura, certas aspirações do AKP, entre elas a reorganização das instituições do Estado ou as matérias relativas à integração no Projeto Europeu eram vistas como uma mobilização em direção à democratização do regime. Mas tomaria somente algum tempo até se revelarem como evidências autoritárias.

Durante o primeiro governo do AKP, um assunto significativo ao longo de tal mandato relacionava-se com a política externa turca, nomeadamente, as negociações com a União Europeia para uma possível adesão da Turquia ao bloco supranacional. Erdoğan iniciou as reformas democráticas a partir da aplicação dos Critérios de Copenhaga, demonstrando a sua iniciativa na transformação e modernização do *status quo* turco. As negociações com a UE apresentavam uma imagem democrata de Erdoğan tanto no plano internacional como doméstico, sendo que neste último traçava-se também uma mobilização dos eleitores que anteriormente não votariam em partidos doutrinados pelo islamismo. Para além disso, o primeiro governo do AKP foi importante para o crescimento económico turco através de projetos de construção de infraestruturas e dinamização da economia.

O AKP terminou o seu primeiro mandato apoiado pelas massas, um símbolo de esperança para a Turquia e encarado como a resposta correta a uma secularização violenta e à própria supressão do islamismo.

As negociações com a UE abrandaram gradualmente até 2007, ano de início do segundo mandato de Erdoğan, mandato em que o AKP terá ganho eleitores após uma estratégia de aparente consolidação da democracia desde 2002. O segundo governo do AKP contrastaria com o primeiro, uma vez que a consolidação da democracia não seria o caminho tomado como anteriormente, mas desta vez, a consolidação do poder.

Em primeiro lugar tomou lugar um referendo em 2010 com o objetivo de reorganizar as instituições do Estado e a própria Constituição, limitando a hierarquia judicial e das forças armadas, fações base do Estado secular. Essas mudanças constitucionais seriam o início do fim da hegemonia kemalista na Turquia, com o enfraquecimento do poder independente desses mesmo setores.

Para além do supramencionado, o enfraquecimento dos *media* independentes foi um dos destaques do segundo governo de Erdoğan. Segundo Ihsan Ylmaz e Galib Bashirov, a partir de 2009 o governo começou a deter vários membros da comunicação social, sendo que até 2012 foram detidos 61 jornalistas, o maior número de detenções de profissionais da atividade jornalística no mundo. Desde logo o silenciamento de mais de 60 jornalistas deixa de fora a cobertura dos partidos da oposição cujos membros têm sido acusados e detidos sob alegadas

acusações falsas, criando um *playing field* favorável ao AKP. (Yilmaz & Bashirov, 2018)

Com o silenciamento de vários membros da comunicação social críticos do AKP e o enfraquecimento dos poderes militares e judiciários o caminho para a construção de um regime populista e autoritário a partir do mandato de 2011 encontra-se cimentado o suficiente para poder ser percorrido.

5. Protestos no Parque Taksim Gezi

O ano de 2013 no regime do AKP é assinalado pelos protestos no Parque Gezi, um protesto civil que se destaca na história como um sintoma da transformação do *status quo* político da Turquia, marcando as dinâmicas dos movimentos sociais de resistência no país. Estes acontecimentos tornaram claros o crescimento do autoritarismo na Turquia levando ao próprio enfraquecimento do AKP que vinha a consolidar poder desde 2002.

O protesto tomou lugar em Istambul, no Parque Taksim Gezi, que se tencionava destruir no âmbito da criação de um centro comercial nesse mesmo local. Assim, de início, os protestos realizaram-se no sentido de proteger um espaço verde da cidade, num âmbito ecologista e ambientalista. Porém, viriam a culminar na mobilização contra o governo de Erdoğan a nível nacional, uma resposta dos cidadãos contra o autoritarismo e o conservadorismo cada vez mais acentuado do AKP.

Este protesto tomou início, pacificamente, no dia 28 de maio de 2013, com os protestantes acampados no Parque Gezi, que se encontrava fisicamente restrito, mostrando o seu descontentamento às medidas de demolição do parque iniciadas pela Câmara Municipal de Istambul através do silêncio e de uma manifestação pacífica. Ao quarto dia de protestos, dia 31 de maio, as forças policiais foram comandadas a intervir de maneira violenta, com gás lacrimogénio, canhões de água e a incendiarem as tendas onde os protestantes pernoitavam.

Os episódios propagaram-se através dos meios de comunicação social que mostravam os violentos ataques policiais contra os protestantes, contando-se 3 mortos por violência direta de um total de 11 mortes, e mais de 8000 pessoas feridas no final dos protestos, segundo diferentes organizações de direitos humanos.

A resposta de Erdoğan passou pela interpretação dos protestos como um golpe de Estado contra o governo do AKP, culpando o Ocidente e os governos estrangeiros que se estariam a aproveitar e manipular os protestantes para reformular a vida política na Turquia de acordo com os seus interesses.

Esta resposta acabou por ser legitimada pelo surgimento de mais um ator neste protesto, grupos extremistas e violentos, maioritariamente da extrema esquerda, que decidiram contra-atacar violentamente as forças policiais, legitimando o discurso de Erdoğan e retirando a legitimidade aos protestantes iniciais e ao motivo pelo qual se reuniam no Parque Gezi, ditando o desfecho destes acontecimentos.

Ainda assim, este protesto, para além de um desafio ao regime, revelou a capacidade do povo turco em reunir-se, independentemente das suas diferenças culturais, étnicas, sexuais ou religiosas, contra o autoritarismo de Erdoğan. Os episódios no Parque Gezi tornaram-se um marco na vida política turca, uma vez que colocaram a descoberto o autoritarismo do AKP, eliminando conflitos de classe ou de ideologia que pudessem existir entre os protestantes, criando um espaço aberto para novas formas de resistência na sociedade política turca.

6. Tentativa de Golpe de Estado de 2016 e o Referendo Constitucional de 2017

Após os protestos no Parque Gezi, em dezembro de 2013, uma série de investigações relativas à elite política do AKP, ao filho de Erdoğan e a alguns ministros revelaram indícios de corrupção por partes dos mesmos. Erdoğan qualificou o caso como um golpe judicial orquestrado pelo Movimento Gülen e iniciou um desmantelamento e a aplicação de medidas repressivas contra este, detendo também os polícias responsáveis pelo caso.

O Movimento Gülen trata-se de um movimento islâmico transnacional criado pelo imã turco Fethullah Güllen nos anos 60. Este movimento opera em mais de cem países em setores relacionados com a cultura, a educação ou os *media*. O líder do movimento e Erdoğan foram, no passado, aliados políticos. Este Movimento foi também culpabilizado pela tentativa de Golpe de Estado de 2016 como será analisado mais à frente.

As políticas de consolidação de poder de Erdoğan e os protestos no Parque Gezi em 2013 seriam as primeiras reações imunitárias à doença autoritária a que Erdoğan pretendia contaminar os cidadãos da Turquia, mas não seriam as únicas. Os diversos episódios de propagação de um discurso populista e autoritário por parte do AKP ao longo dos anos tornaram-se claros em 2015 com o enfraquecimento do partido no Parlamento, que garantia a maioria dos lugares desde 2002.

Apesar da perda de poder por parte do AKP, o partido recusava-se a abandonar o poder e, por conseguinte, recusava-se também a permitir a formação de governo de coligação pelas forças da oposição no Parlamento.

Após as eleições de junho, o AKP iniciou o seu esquema para recuperar o poder que teria perdido. O HDP, Partido Democrático dos Povos, forte força política da oposição, viu a sua atividade paralisada, com a detenção dos seus então líderes, Selahattin Demirtas e Figen Yuksekdag, e de vários presidentes de câmara e deputados do partido.

Ao mesmo tempo, no sudeste da Turquia, aconteciam ataques terroristas atribuídos ao PKK, Partido dos Trabalhadores do Curdistão. O AKP aproveitou-se desses episódios e instrumentalizou os medos e receios dos cidadãos turcos, utilizando-os para recuperar votos perdidos, gerando a ideia de que a perda da maioria do AKP no Parlamento teria contribuído para a instabilidade que se vivia.

Assim, com a convocação de novas eleições em novembro de 2015 o AKP reconquista o poder perdido em junho. A partir daí a perseguição anteriormente iniciado ao HDP intensificou-se, tendo os seus membros sido vítimas de diferentes ameaças e acusações.

A Turquia pode nunca ter sido uma verdadeira democracia liberal, mas as eleições políticas eram justas e livres desde 1950, características que terão sido perdidas a partir de 2015, algo que viria a ser também confirmado pelo referendo constitucional de 2017. (Yilmaz & Bashirov, 2018)

Ainda que o AKP tenha recuperado a sua maioria no Parlamento, a estabilidade política presente até então, de modo geral, colapsou. Os antecedentes confirmavam essa mesma desfragmentação de estabilidade, desde os protestos no Parque Gezi, as notícias de corrupção, e em 2015 então, uma perda, pela primeira vez, de maioria parlamentar.

Após a reconquista do poder, a repressão feita pelo governo aos *media* continuou juntamente com a substituição, por parte do Presidente Erdoğan, do então primeiro-ministro Davutoğlu por um ator político de maior confiança por parte do presidente, Binali Yildirim. Mas a crise política agravou-se em 2016 quando parte do exército turco organizou um Golpe de Estado contra o Presidente Erdoğan e o governo do AKP resultando na morte de 250 civis e em centenas de feridos. (Esen & Şebnem, 2017)

O Movimento Gülen voltou a ser alvo de acusações, sendo culpado pela organização do Golpe de Estado. Erdoğan utilizou as acusações para recuperar aquilo que já teria iniciado em 2013, a detenção de membros da sociedade parte do movimento e todos aqueles que fossem críticos de Erdoğan. A Amnistia Internacional relata a “*demissão arbitrária de mais de 100,000 funcionários do setor público que incluía mais de 3500 juizes, membros das forças armadas,*

*polícias, professores, médicos, acadêmicos e pessoas que trabalhavam ao nível do governo central e local*⁷. (Yilmaz & Bashirov, 2018)

As medidas tomadas foram executadas sem o parecer parlamentar, uma vez que com o tumulto da tentativa de Golpe de Estado foi implementado o Estado de Emergência, existindo uma concentração do poder executivo no próprio Presidente Erdoğan, passando este a governar por decreto sem requerer aprovação prévia dos outros órgãos soberanos.

Foi assim criada a base para o referendo do ano subsequente, num contexto ausente de *media* imparcial ou poderes judiciais independentes capazes de regular ou apresentar as implementações feitas por Erdoğan.

Desde o golpe de Estado que o discurso antiocidental do AKP tem vindo a ser cada vez mais consolidado, instrumentalizando a hostilidade religiosa entre o mundo muçulmano e cristão do Ocidente através de uma retórica mais perdurável, chegando a acusar a UE e os Estados Unidos de uma nova tentativa de golpe de Estado falhada em 2017.

Para além dos ataques ao papel da mulher, a incitação à desigualdade de género em diferentes discursos e as fortes críticas ao aborto marcam a construção de uma retórica islâmica.

Mas a construção dessa mesma retórica islâmica não se ficou por aí, tendo o regime aproveitado as centenas de mortes de 2016 para propagar e sustentar a sua retórica islâmico-política através da glorificação do martírio recorrendo a vários cartazes com fotografias daqueles que morreram durante o golpe de Estado e à alteração dos nomes de uma série de ruas e escolas para “Os Mártires do 15 de Julho”. (Yilmaz & Bashirov, 2018)

Em 2017, realizou-se um referendo constitucional, relativo à substituição do então sistema parlamentar por uma presidência executiva. O documento de revisão constitucional introduzia dezoito emendas que transformariam radicalmente o sistema político da Turquia. O referendo e as campanhas feitas a respeito do “Sim” ou “Não” foram executadas durante o Estado de Emergência, em que as restrições à liberdade de expressão e de movimento marcavam o medo e a falta de uma oposição justa ao “Sim” defendido pelo AKP.

É importante salientar que a reforma constitucional em causa defendia a passagem do poder executivo dos deputados para o Presidente, uma reforma

⁷ “In 2017, Amnesty International reported “the arbitrary dismissal of more than 100,000 public sector employees’ which included over 3500 judges, ‘members of the armed forces, police officers, teachers, doctors, academics, and people working at all levels of central and local government”. (Yilmaz & Bashirov, 2018)

para um sistema presidencialista. A reforma traria ao sistema a possibilidade de nomear e afastar ministros, membros do Tribunal Constitucional e de outros setores da área judicial, sendo que o Presidente se tornaria também penalmente imune e perderia o dever da neutralidade partidária, isto é, tornar-se-ia legítimo atuar conforme a sua agenda partidária, neste caso, a do AKP.

O *playing field* favorável do AKP a partir de uma falta de cobertura independente por parte dos *media*, como já tinha acontecido durante as eleições de 2015, perdurou durante a campanha do referendo de 2017. Um relatório da OSCE, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa alegava que a *“falta de igualdade de oportunidades, uma cobertura desigual dos media e as limitações às liberdades fundamentais criou um playing field injusto ao referendo constitucional na Turquia”*⁸.

Enquanto que o “Sim” era defendido pelo AKP, Erdoğan e alguns membros ultranacionalistas do MHP, o “Não” era defendido por diversos partidos políticos, incluindo o CHP e o HDP. Pela primeira vez desde 2002, existia uma aliança política entre partidos com ideologias e agendas políticas diferentes que rejeitavam as emendas constitucionais em jogo. (Esen & Şebnem, 2017)

Os defensores do “Sim” sustentavam-se pelo argumento da estabilização política que a Turquia necessitava, segundo os mesmo a reforma constitucional seria a única forma de lidar com os movimentos separatistas curdos e o terrorismo de grupos extremistas. Enquanto que os defensores do “Não” sustentavam que caso a reforma fosse executada a Turquia estaria a caminhar para uma disrupção da separação de poderes em que a Turquia se tornaria um país governado por um homem só, com uma perda de mecanismos democráticos.

O “Sim” acabaria por vencer com 51,4% dos votos e o “Não” com 48,6%. Esta vitória do “Sim” seria alvo de várias críticas e controvérsias de fraude eleitoral dada a margem eleitoral que separava as duas opções de voto. Em causa estaria também o facto do YSK, o Conselho Eleitoral, ter contado o número de votos sem um selo oficial, comprometendo a integridade do ato eleitoral. Para além disso, existem relatos de antigos membros do governo do AKP, associados a divergências internas do partido, que desmentem a vitória do “Sim”. O referendo constitucional de 2017 acabou por marcar a mobilização do aparelho do Estado em torno de Erdoğan.

⁸ “The Organization for Security and Co-operation in Europe’s (OSCE) Preliminary Report that “lack of equal opportunities, one-sided media coverage and limitations on fundamental freedoms created [an] unlevel playing field in Turkey’s constitutional referendum.” (Yilmaz & Bashirov, 2018)

Conclusão

Após a análise de uma série de episódios políticos na Turquia verifica-se a existência de uma corrida ao poder absoluto por parte do regime político turco quase consolidada, através de diferentes instrumentos políticos e do aproveitamento da conjuntura para consolidar diferentes medidas. Para além disso, constata-se também um esforço por parte de Erdoğan em quebrar com a ideologia hegemónica kemalista que tem sido a base do desenvolvimento da Turquia enquanto Estado soberano e do seu regime político desde a implantação da sua República.

Erdoğan e o seu projeto político, o AKP, recorreram, especialmente, a instrumentos populistas, nacionalistas e religiosos para dominarem as massas e obterem a credibilidade que necessitavam para se projetarem como figura central da autoridade na Turquia.

A consolidação do poder durante os primeiros anos de governo de Erdoğan foi concebida graças ao descontentamento da população com as elites políticas, prometendo a modernização e cumprindo-a, principalmente, através das negociações com a UE e projetos de infraestruturas massivas que resultariam no ganho de credibilidade por parte do Ocidente e elogios respetivos ao crescimento económico da Turquia. Com estes projetos milhões de pessoas afastaram-se da pobreza extrema, criando uma base interna, particularmente religiosa, conservadora e rural que louvava Erdoğan pelo seu passado humilde e orgulho religioso como supramencionado no ponto 3, tornando-se um dos líderes mais populares no mundo muçulmano.

Assim, um dos instrumentos implícitos ao longo deste *working paper* para a conquista do poder absoluto pelo Presidente da Turquia trata-se do comportamento populista de Erdoğan, desde os seus primórdios no poder até à atualidade, um regime personalizado. O populismo trata-se de um conjunto de práticas políticas que pretende unir as massas através da oposição às elites políticas, normalmente através de retóricas pouco factuais e ausentes de uma base científica, sendo isso que se verifica na conduta política de Erdoğan.

Primeiramente, desde o início que o Presidente da Turquia propagou um discurso contra as elites políticas. Em segundo lugar, a distinção de cidadãos e restrição à liberdade de expressão, sendo esta a base populista de Erdoğan. Os seus apoiantes são considerados os cidadãos certos e possíveis coletores de benefícios, contrastando com os apoiantes de outras fações políticas que não se alinham com a ideologia de Erdoğan, sendo estes considerados traidores e delatores. Terceiramente, Erdoğan legitima o seu poder através da associação da sua oposição política à ideia de corrupção, da não persecução do interesse nacional ou até mesmo de terrorismo, dissociando as verdadeiras essências

ideológicas da oposição aos olhos dos cidadãos e degenerando a sua imagem perante a opinião pública. Em quarto lugar, o discurso anti-institucional que culpa os problemas da Turquia no sistema judicial ou no Tribunal Constitucional, legitimando a substituição dos membros deste setor da democracia por indivíduos “certos”, ou seja, que se alinhem com a ideologia de Erdoğan. Por último, o discurso moralista e paternalista do Presidente difundiu-se pela Turquia em larga escala, tornando-se o culto de personalidade uma característica consagrada no regime político do mesmo, e que após a tentativa de golpe de Estado de 2016 cimentou a personalização do regime.

Avançamos assim para a verificação de outra linha de ação implícita no próprio comportamento populista de Erdoğan e referida ao longo deste *working paper*: o silenciamento de críticos do regime. O primeiro episódio que melhor o exemplificou tratou-se da violência supramencionada nos Protestos no Parque Gezi, uma mensagem clara de que dissidências não seriam toleradas pelo regime. Para concretizar essa ideia, a purga a que se seguiu a tentativa de golpe de Estado comprova isso mesmo, com mais de cem mil detenções de membros do setor público. Este mesmo desmantelamento em massa levou até a que a veracidade ou não da tentativa de golpe de Estado fosse posta em causa, sendo que algumas vozes da opinião pública acreditam que o próprio regime possa ter encenado o golpe, de maneira a conseguir proceder ao silenciamento pretendido e ao restabelecimento da estabilidade política do AKP.

Esse mesmo método do silenciamento é curioso, nomeadamente em duas fações concretas, professores e membros da comunicação social. A detenção de uma série de professores sem precedentes abre espaço para a intervenção religiosa nas instituições de ensino e a expansão da educação religiosa, contestando novamente o secularismo constitucional fundado por Atatürk. No que diz respeito à detenção de membros dos *media*, este é um dos instrumentos fulcrais à manutenção do poder do AKP, retirando projeção e espaço de exposição à sua oposição em termos, não só eleitorais, como aconteceu com a campanha do referendo de 2017, mas também uma supressão de alternativas e liberdade de escolha dos cidadãos, contribuindo para a restrição na liberdade de expressão e para a ausência de eleições justas e livres. Erdoğan não só silenciou jornalistas através de uma série de detenções, mas também fez com que grande parte dos *media* independentes visse a sua atividade impedida através de meios tanto judiciais como financeiros.

Mas o caminho para o poder absoluto não se fez apenas com recurso ao discurso populista, nacionalista ou ao silenciamento de críticos. Os fatores informais, ou seja, de natureza executiva e de personalização do próprio regime não foram os únicos instrumentos utilizados para operacionalizar uma *yeni*

*Türkiye*⁹. De maneira a estender a sua autoridade e o seu poder político, Erdoğan utilizou também vias constitucionais, reformando a constituição, tendo sido a reforma de 2017 aquela que permitiu uma governação plenipotenciária. A reforma constitucional aumentou os poderes do presidente, passando este a compor também o papel executivo do regime, eliminando o papel do primeiro-ministro. A condenação por parte de diferentes organizações internacionais das intenções subliminares deste referendo permitiu a Erdoğan, mais uma vez, a propagação de um discurso contra o Ocidente, nomeadamente contra a União Europeia, cuja relação com a Turquia é fundamental no controlo do fluxo de migrantes.

A reforma constitucional de 2017 foi o momento-chave da agregação absoluta de poder na figura de Erdoğan, tornando-se este o governador de um regime não mais democrático, em que a separação de poderes de Montesquieu terá ficado para trás. Erdoğan encontrou assim a porta para a autocracia que procurava, que, juntamente com a personalização do regime subsistente desde a tentativa de golpe de Estado de 2016, tem construído a sua própria ideologia política num âmbito sultânico.

É, portanto, possível verificar um declínio ao longo do século XXI do regime político da Turquia, passando gradualmente de um governo democraticamente eleito para um regime autoritário de medidas repressoras a nível doméstico. De todos os elementos inicialmente apresentados pelo AKP, aparentemente democráticos revelaram-se vestígios de autoritarismo, corroborados pela opressão exercida pelo AKP a todas as formas de oposição, as limitações à liberdade de expressão, a desconsideração do Estado de Direito e as repressões violentas no Parque Gezi ou outros conflitos de cariz étnico.

A supressão do sistema democrático turco tem sido feita de maneira dissimulada, utilizando medidas económicas e culturais como artifício para uma remodelação plena da vida política da Turquia. As medidas têm procurado destruir a hegemonia Kemalista que regia um Estado secular e democrático, instituindo uma contra-hegemonia no âmbito do islamismo político e da desconstrução da imagem de Atatürk. O funcionamento destas medidas implicam a manipulação do Estado de Direito e das instituições do Estado, através da formação de alianças políticas vantajosas, e recorrendo à cultura como via para a construção de uma nova ideologia hegemónica, e de uma nova identidade nacional dentro da própria sociedade.

⁹ Designação em turco para “nova Turquia”. Expressão técnica aplicada em diferentes artigos científicos referente ao regime de transformação do *status quo* na Turquia. Foi já utilizada também pelo próprio Erdoğan em diferentes discursos públicos.

Em síntese, é substancialmente visível através das diferentes vias utilizadas para a acumulação do poder, a manipulação do sistema democrático feita por Erdoğan, principalmente com recurso à extinção dos *media* independentes e de um sistema judicial imparcial, da anulação do Estado secular e da perseguição de minorias. Tudo isto a partir de um discurso populista e nacionalista, transformando o Presidente Erdoğan no sultão da Turquia contemporânea.

Bibliografia

- Duke University Press. (2003). The South Atlantic Quarterly. *Turkey 2002: Kemalism, Islamism, and Politics in the Light of the February 28 Process*, pp. 309-332.
- Esen, B., & Şebnem, G. (2017). A Small Yes for Presidentialism: The Turkish Constitutional Referendum of April 2017. *South European Society and Politics*, 303-326.
- Gökay, B., & Xypolia, I. (2013). Reflections on Taksim - Gezi Park Protests in Turkey. *Taksim Gezi Park Protests: Birth and Backlash of Political Sphere*, pp. 43-46.
- Görener, A. Ş., & Ucal, M. Ş. (2011). The Personality and Leadership Style of Recep Tayyip Erdoğan: Implications for Turkish Foreign Policy. *Turkish Studies*, 357-381.
- Heper, M., & Toktaş, Ş. (2003, abril). Islam, Modernity and Democracy in Contemporary Turkey: The Case of Recep Tayyip Erdoğan. *The Muslim World*, 93(2).
- Oktem, N. (2002). Religion in Turkey. *BYU Law Review*, 371-403.
- Şentürk, R. (2010). State and Religion in Turkey: Which Secularism?
- Sullivan, A. (2018). Unconditional Surrender: The Rise of President Erdogan and the end of Kemalist Turkey. *History in the Making*.
- Taştan, C. (2013). The Gezi Park Protests in Turkey: A Qualitative Field Research. *Insight Turkey*, 27-38.
- Toktamiş, K. F., & David, I. (2018). *Critical Crossroads: Erdogan and the Transformation of Turkey* (Vol. 29). Mediterranean Affairs, Inc.
- Yeşilada, B. A. (2016). The future of Erdoğan and the AKP. *Turkish Studies*, 19-30.
- Yilmaz, I., & Bashirov, G. (2018). The AKP after 15 years: emergence of Erdoganism in Turkey.

OBSERVATÓRIO POLÍTICO

Rua Almerindo Lessa
Pólo Universitário do Alto da Ajuda
1349-055 Lisboa
Tel. (00351) 21 361 94 30
geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/ To quote this paper:

MOREIRA, Diogo «A escalada de Erdoğan ao poder absoluto na Turquia», *Working Paper #94*, Observatório Político, publicado em 13/07/2020, URL: www.observatoriopolitico.pt

Aviso:

Os *working papers* publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respetivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.